



SEGURANÇA PÚBLICA

Boletim Informativo

Índice

04

Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional reforça ações de combate ao racismo e à violência policial

05

Plano Municipal de Segurança Pública é apresentado durante reunião do Cisp Camaçari

06

Cira promoverá oitivas e novas operações especiais para combate ao crime de débito declarado e não pago

07

Mortes em Fazenda Coutos: MPBA designa grupos especializados em investigações complexas para atuar no caso

08

Operação Soberania Cacaueira: Líderes de facções criminosas são transferidos do Conjunto Penal de Itabuna

09

MPBA promove reunião para discutir ações para fortalecimento do atendimento a egressos do sistema prisional

10

CDDF aprimora coleta de dados sobre violência doméstica e acompanha casos do Sistema Interamericano afetos aos direitos das mulheres

10

Segurança Pública em Foco: especialistas debatem o papel das guardas municipais

11

Especialistas debatem desafios dos criptoativos e o combate a crimes virtuais em seminário no CNMP

12

Sétima fase da 'Operação Mute' é deflagrada no Conjunto Penal de Juazeiro

13

Reunião de Conselho formado por procuradores e promotores de Justiça debate sistema prisional e as facções criminosas na Bahia

Índice

14

CNMP reúne membros do Ministério Público para traçar estratégia nacional de atuação do controle externo da atividade policial

15

Policial penal alvo da segunda fase da 'Operação Falta Grave' é afastado pela Justiça a pedido do MPBA

16

Reunião entre MPBA e chefes dos órgãos de segurança pública alinha ações integradas para 2025

17

MPBA debaterá segurança pública com a população de Alagoinhas

18

MPBA discute ações de segurança pública com nova cúpula da Polícia Civil

19

MPBA realiza reunião pública para criação do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Alagoinhas

21

CONSULTA JURÍDICA Nº 01/2025 - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP.

22

CONSULTA JURÍDICA Nº 02/2025 - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

23

INFORMAÇÃO TÉCNICO - JURÍDICA Nº 01/2025 - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

24

ORIENTAÇÃO TÉCNICO–JURÍDICA CONJUNTA Nº 01/2025 - CONJUNTA

25

ORIENTAÇÃO TÉCNICO–JURÍDICA Nº 01/2025

Notícias do MP

MP/BA, MPF e CNMP



Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional reforça ações de combate ao racismo e à violência policial

O ano também marcou o aniversário de uma década da criação do Colegiado

O combate ao racismo na atividade policial e à violência dele decorrente, que atinge de maneira brutal pessoas pretas e pardas em situações de contato com as polícias, movimentou o debate público em 2024. O assunto foi uma das prioridades da atuação da Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional do Ministério Público Federal (7CCR/MPF).

Além de ampliar as iniciativas na temática, com a realização de evento e criação de Grupo de Trabalho (GT) específico, o colegiado atuou no enfrentamento da discriminação de gênero nas polícias, buscou fomentar o trabalho do MPF na fiscalização das verbas destinadas ao Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e celebrou os 10 anos de criação da Câmara, discutindo a trajetória percorrida e os desafios para o futuro. [...]

Sistema prisional

Com o propósito de subsidiar a atuação de procuradores e procuradoras da República na fiscalização das verbas federais do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), a 7CCR editou o infográfico “Entendendo o Fundo Penitenciário Nacional”. A publicação é direcionada a membros do MPF, especialmente os que atuam nos escritórios com atribuição funcional vinculada à temática da 7CCR e aqueles que integram os Conselhos Penitenciários Estaduais (Copens). [...]

Em webinar, a 7CCR discutiu ações conjuntas com os Poderes Executivo e Judiciário para aprimorar a gestão do Funpen. O evento virtual reuniu representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP). Os cinco painéis abordaram assuntos como a transferência obrigatória de recursos do Funpen, o aperfeiçoamento do processo de repasse fundo a fundo e a execução orçamentária, bem como o papel dos conselhos penitenciários estaduais.

O tema é acompanhado por Comissão temática que tem o objetivo de apresentar propostas ao Colegiado. Outra capacitação virtual realizada em 2024 abordou as estratégias de atuação no controle externo da atividade policial.

Duas orientações editadas pela 7CCR buscaram assegurar os direitos de pessoas não nacionais em cumprimento de pena no Brasil. A primeira versa sobre a criação de cadastro de intérpretes para atender às necessidades desse público, mediante convênio ou instrumentos congêneres. Já a segunda propõe a adoção de ações para impedir violações a seus direitos.[...]



Plano Municipal de Segurança Pública é apresentado durante reunião do Cisp Camaçari



Durante a primeira reunião de 2025 do Comitê Interinstitucional de Segurança Pública (Cisp) de Camaçari, que ocorreu na manhã de quinta-feira (20), foi apresentado o Plano Municipal de Segurança Pública da cidade. O plano é resultado da atuação do Cisp Camaçari, que tem a coordenação do Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da promotora de Justiça Aline Cotrim. Desde 2015, o comitê vem fomentando a elaboração de um diagnóstico de segurança e a implementação de políticas públicas para enfrentar os índices de criminalidade na cidade.

“Esse plano, que foi elaborado pela Universidade Federal da Bahia (UFba), teve contribuição não só dos integrantes do Cisp, como também da sociedade civil. Então hoje me sinto muito satisfeita com o resultado desse trabalho, e nossa expectativa é que o prefeito recém-eleito possa implementar as ações o mais breve possível”, afirmou a promotora de Justiça e coordenadora do Cisp, Aline Cotrim. Ela ressaltou que o plano foi elaborado com a participação da sociedade civil, por meio da participação dos cidadãos em audiência pública e contribuições recebidas no site da Prefeitura.



Estiveram presentes na mesa de abertura a procuradora de Justiça Adjunta para Assuntos Jurídicos, Wanda Valbiraci; a promotora de Justiça Aline Cotrim; o coordenador do Departamento de Polícia Metropolitana (Depom RMS), Niltom Tormes; o prefeito municipal Luiz Carlos Caetano; Ricardo Santana, Ten Cel da Polícia Militar e comandante do 12o BPM; e o coordenador da Ordem dos Advogados da Bahia (OAB / subseção Camaçari), Rogério Costa.

Na ocasião, a procuradora-geral de Justiça Adjunta, Wanda Valbiraci, apresentou o projeto Município Seguro, iniciativa lançada pelo MPBA em novembro de 2023 com o objetivo de reduzir a criminalidade no estado. “O projeto Município Seguro é muito importante para a comunidade, pois visa a diminuição da violência sistêmica. Nossa expectativa é que, com a implementação desse plano, haja diminuição da violência na cidade. Também sugerimos ao Município um investimento focado na criação de creches para crianças pois, acreditamos que a educação é um dos modos de se diminuir a violência no município, no estado e até no país”, ressaltou.

Cira promoverá oitivas e novas operações especiais para combate ao crime de débito declarado e não pago

Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira) reúne o Ministério Público Estadual, as secretarias estaduais da Fazenda, da Segurança Pública e da Administração, o Tribunal de Justiça e a Procuradoria-Geral do Estado



O Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira) vai intensificar nos próximos meses as ações de cobrança aos contribuintes que declararam débitos com ICMS mas não pagaram à Fazenda estadual o imposto devido, apropriando-se de recursos públicos. As empresas envolvidas neste tipo de crime contra a ordem tributária tiveram a oportunidade de regularizar a situação junto ao fisco aderindo ao Programa de Pagamento e Parcelamento Incentivado instituído pela Lei Estadual 14.761, conhecido como Refis, encerrado no último dia 7 de fevereiro. Agora, deverão ser objeto das ações de cobrança promovidas pelo Comitê. A estratégia para 2025 foi alinhada na reunião do colegiado realizada na tarde da quinta-feira, dia 20, na sede do Ministério Público da Bahia, no CAB, em Salvador.

Quem deixou de aderir ao Refis e continua acumulando débitos declarados e não pagos de forma contumaz poderá ser alvo de ações como oitivas convocadas pelo Ministério Público Estadual (MPBA) e operações especiais da força-tarefa do Cira, que reúne o Grupo Especial de Combate à Sonegação Fiscal do MPBA (Gaesf), a Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip), vinculada à Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), e a Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco), da Polícia Civil. Compõem o Cira, além do MPBA, da Sefaz-Ba e da Secretaria de Segurança Pública (SSP_Ba), a secretaria estadual da Administração (Saeb), o Tribunal de Justiça (TJBA) e a Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Ações paralelas ao Refis



Em paralelo ao Refis, a cooperação com foco no débito declarado e não pago envolveu a promoção, pelo MPBA, de cerca de 100 audiências integradas, com participação dos demais membros da força-tarefa do Cira, em investigações criminais, finalizadas e em andamento, relacionadas à sonegação do ICMS. Além disso, foram deflagradas quatro operações especiais que desarticularam fraudes fiscais estruturadas. Este trabalho deverá ser intensificado a partir de agora, explicou o secretário-executivo do Cira, o promotor de Justiça Hugo Casciano. Ele ressaltou a crescente profissionalização do trabalho do Cira e o foco definido para os próximos meses. [...]

Mortes em Fazenda Coutos: MPBA designa grupos especializados em investigações complexas para atuar no caso

Encontro realizado dia (5) a pedido do Ministério Público da Bahia alinhou encaminhamentos das apurações sobre a intervenção policial que resultou em 12 pessoas mortas



O Ministério Público da Bahia se reuniu na tarde da quarta-feira, dia 05/03, com as Secretarias de Segurança Pública (SSP) e de Justiça e Direitos Humanos (SJDH), e com o comando das Polícias Militar e Civil, para discutir encaminhamentos quanto às investigações sobre a intervenção policial no bairro de Fazenda Coutos, em Salvador, no último dia 4, que resultou na morte de 12 pessoas consideradas suspeitas de integrarem facção criminosa. O MPBA instaurou procedimento para acompanhar as investigações policiais do caso, por meio dos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp), conforme designação do procurador-geral de Justiça Pedro Maia.

O encontro contou com a presença do PGJ Pedro Maia; dos secretários Marcelo Werner e Felipe Freitas; do comandante da Política Militar, coronel Paulo Coutinho; da delegada-geral da Polícia Civil, Heloísa Brito; do subsecretário da SSP Marcel de Oliveira; além do secretário-geral adjunto do MPBA, promotor de Justiça Luís Alberto Vasconcelos; dos coordenadores do Centro de Apoio Operacional Criminal (Caocrim), do Gaeco e do Geosp, respectivamente promotores de Justiça Adalto Araújo, Luiz Neto e Ernesto Medeiros; da diretora do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), delegada Andréa Ribeiro; e do diretor do Departamento de Inteligência (DIP), delegado Ivo Tourinho.



“O Ministério Público lamenta profundamente o ocorrido, pela perda de vidas e pela situação de pânico de que a comunidade foi vítima. Estamos em interlocução direta com as autoridades policiais e forças de segurança, acompanhando todos os passos da investigação, com o Gaeco e o Geosp, no levantamento das informações, principalmente das perícias, para que todas as circunstâncias sejam apuradas com a devida transparência. Esse é o propósito e objetivo comum de todos os órgãos de Estado envolvidos no esclarecimento dos fatos”, disse o chefe do MPBA.

Operação Soberania Cacaueira: Líderes de facções criminosas são transferidos do Conjunto Penal de Itabuna



Quatro lideranças de facções criminosas do tráfico de drogas na região sudoeste da Bahia, considerados alvos sensíveis do sistema prisional, foram transferidas, na manhã da segunda-feira, dia 17/03, do Conjunto Penal de Itabuna para o Conjunto Penal de Barreiras e e para o Conjunto Penal Masculino de Salvador. A transferência faz parte da 'Operação Soberania Cacaueira', deflagrada hoje, dia 17, pela Secretarias de Administração Penitenciária e Ressocialização (Seap), com acompanhamento do Ministério Público estadual, através Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco) e do Grupo de Atuação Especial de Execução Penal (Gaep), que se incumbirão de recolher provas eventualmente existentes para instrução de procedimentos investigatórios que se mostrem necessários ou requisição de inquérito policial

O objetivo da operação é impedir qualquer contato ou influência dos transferidos com liderados no lado externo do estabelecimento onde é cumprida a pena, bem como garantir a ordem e disciplina no sistema prisional, contribuindo para a redução dos índices de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no Estado da Bahia. A medida leva em conta as evidências de que crimes dessa natureza, como homicídios, têm sido articulados pelas lideranças de dentro do presídio.

A operação conta com mais de 80 policiais e tem a atuação do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco) e do Grupo de Atuação Especial de Execução Penal (Gaep) do MP baiano; da Superintendência de Gestão Prisional (SGP), com a participação da Diretoria de Segurança Prisional (DSP), do Grupamento Especializado em Operações Prisionais (Geop) da Seap; e da Polícia Militar, através da Cipe Cacaueira.

MPBA promove reunião para discutir ações para fortalecimento do atendimento a egressos do sistema prisional

O Ministério Público do Estado da Bahia promoveu na manhã do dia 19/03, uma reunião para discutir ações para fortalecimento do atendimento a egressos do sistema prisional no Escritório Social da Bahia (Esba), órgão criado para atender, encaminhar e garantir os direitos de egressos e familiares na qualificação e encaminhamento profissional, no acesso a políticas públicas e sociais, além do atendimento psicossocial. Durante o encontro, que foi presidido pela promotora de Justiça Andréa Ariadna, ficou definida a criação de um Fórum Permanente de Atenção à Pessoa Privada de Liberdade e Familiares. “Precisamos fortalecer o papel do Escritório Social dentro da rede de atendimento a egressos e pré-egressos do sistema prisional e seus familiares”, ressaltou a promotora de Justiça Andréa Ariadna.

O encontro teve como objetivo aprimorar a operacionalização dos serviços do Esba, iniciativa voltada para a reintegração social de pessoas que passaram pelo sistema prisional. Durante a reunião, a promotora de Justiça Andréa Ariadna destacou dificuldades no fluxo de atendimento e reforçou a importância de uma articulação em rede para melhor atender as demandas dessa população. “A articulação entre os órgãos públicos e a sociedade é essencial para garantir que essas pessoas tenham oportunidades reais de recomeçar suas vidas de forma digna”, ressaltou.

O encontro teve como objetivo aprimorar a operacionalização dos serviços do Esba, iniciativa voltada para a reintegração social de pessoas que passaram pelo sistema prisional. Durante a reunião, a promotora de Justiça Andréa Ariadna destacou dificuldades no fluxo de atendimento e reforçou a importância de uma articulação em rede para melhor atender as demandas dessa população. “A articulação entre os órgãos públicos e a sociedade é essencial para garantir que essas pessoas tenham oportunidades reais de recomeçar suas vidas de forma digna”, ressaltou.

A gerente do Escritório Social, Eliane Dias, ressaltou que muitos dos presentes desconheciam as funções do órgão, evidenciando a necessidade de maior integração entre as instituições. Outro problema discutido foi a dificuldade na emissão de documentos civis para os internos, além da entrega de carteiras de identidade com fotos de internos vestindo uniformes prisionais, o que poderia levar à estigmatização social. Para contornar essa questão, a promotora de Justiça sugeriu a disponibilização de uma camisa alternativa para esses registros de identidade. Como encaminhamento da reunião, também ficou decidido a realização de reuniões mensais para avaliar o andamento das propostas e implementar melhorias no funcionamento do Escritório Social.

O Esba é o resultado de uma parceria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o Programa das Ações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Departamento Penitenciário Nacional (Depen)/ Ministério da Justiça, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) e a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (Seap). Estiveram presentes no encontro representantes da Seap; Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos (SJDH); Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (Seades); Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais (Sepromi); e das secretarias de Madre de Deus de Desenvolvimento Social e de Desenvolvimento Econômico; além da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda de Salvador (Semdec); e Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb).

CDDF aprimora coleta de dados sobre violência doméstica e acompanha casos do Sistema Interamericano afetos aos direitos das mulheres



Medidas incluem monitoramento de dados sobre violência doméstica e fiscalização do cumprimento de reparações definidas pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos

No mês da mulher, a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) reforça seu compromisso no enfrentamento da violência de gênero. Para estimular uma atuação coordenada e eficaz do Ministério Público em todo o país, a Comissão enviou ofícios aos procuradores-gerais de Justiça destacando a importância do correto preenchimento do Cadastro Nacional de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (CNVD). Além disso, determinou a instauração de um Procedimento Interno de Comissão (PIC) para acompanhar a implementação das decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos em casos de violência contra a mulher.

O CNVD, instituído pela Resolução CNMP nº 135/2016, é uma ferramenta essencial para formulação e monitoramento de políticas públicas de enfrentamento da violência de gênero. Presidida pelo conselheiro Antônio Edílio Magalhães Teixeira, a CDDF instou os Ministérios Públicos a adotarem medidas para assegurar a adequada alimentação do cadastro.

Além disso, a CDDF determinou a instauração de um outro PIC para monitorar e apoiar o cumprimento dos acordos de solução amistosa da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IHD) em casos envolvendo violência contra a mulher. Entre os casos monitorados estão, no âmbito da CIDH, os de Maria da Penha, Simone Diniz e Margarida Maria Alves; bem como, na esfera da Corte IDH, os relativos à Favela Nova Brasília, à Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus, à Márcia Barbosa de Souza, às Mães de Acari e às vítimas Neusa dos Santos Nascimento e Gisele Ana Ferreira Gomes.[...]

[Clique para ler a notícia na íntegra / Fonte: MPBA](#)

Segurança Pública em Foco: especialistas debatem o papel das guardas municipais

Os participantes destacaram a importância das guardas municipais no sistema de segurança pública, enfatizando seu papel na prevenção primária da criminalidade e na proteção de bens e serviços municipais

A Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) realizou, nesta quarta-feira, 19, a 23ª edição do programa Segurança Pública em Foco, sendo a primeira de 2025. O evento teve como tema “Guardas municipais e controle externo da atividade policial” e ocorreu na sede do CNMP em Brasília, com transmissão via Youtube. participantes destacaram a importância das guardas municipais no sistema de segurança pública, enfatizando seu papel na prevenção primária da criminalidade e na proteção de bens e serviços municipais. [...]

Na abertura do evento, Jaime Miranda ressaltou a relevância do tema. “A guarda municipal é uma importante instituição que tem a função essencial de dar proteção ao patrimônio público e atuar na prevenção da criminalidade. Acredito que o CNMP escolheu o momento mais oportuno para falar desse tema”, afirmou.[...]



[Clique para ler a notícia na íntegra / Fonte: MPBA](#)

Especialistas debatem desafios dos criptoativos e o combate a crimes virtuais em seminário no CNMP

Mercado de criptomoedas cresce e exige atenção de reguladores e órgãos de fiscalização



O Brasil ocupa a sexta posição mundial em número de usuários de criptoativos, e a tendência é que esse mercado continue em expansão. Em 2025, a estimativa global é de que 860 milhões de pessoas utilizem esse tipo de ativo digital. Os dados foram apresentados por especialistas que participam do seminário "Ministério Público e os criptoativos: oportunidades e o combate às atividades ilícitas", realizado em formato híbrido nesta quinta-feira, 20 de março, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em Brasília. O evento vai até sexta-feira, 21/3.[...]

O seminário é promovido pela Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público (UNCMP), com apoio da presidência do CNMP, do Ministério Público do Mato Grosso do Sul, da Coordenadoria de Inteligência da Investigação do Ministério Público do Rio de Janeiro (CI2-MPRJ) e das empresas Binance, maior plataforma global de negociação de criptomoedas, e Chainalysis, líder em análise de blockchains. Durante os debates, os especialistas foram unânimes ao defender maior atenção dos reguladores e órgãos de fiscalização frente ao rápido crescimento do mercado de criptoativos.[...]

O membro auxiliar da presidência do CNMP, Atalá Correia, pontuou que a segurança pública é uma das prioridades da atual gestão e alertou para o impacto dos criptoativos em diversas áreas econômicas. "O mundo já mudou. A realidade já é diferente do que nós achamos que ela é. Basta mencionar a importância dos criptoativos no câmbio brasileiro, nas exportações, a concorrência com bancos formais e a substituição de meios tradicionais de câmbio por criptomoedas", afirmou.[...]

Programação

À mesa de abertura foi seguida das apresentações das empresas parceiras: Binance e Chainalysis. O vice-presidente regional para a América Latina da Binance, Guilherme Nazar, apresentou dados da empresa, que já negociou mais de 100 trilhões de dólares e possui mais de 260 milhões de usuários registrados globalmente. O Senior Solution Architect LATAM da Chainalysis, Caio Motta, apresentou dados do "Relatório Anual sobre Atividades Ilícitas", que foi divulgado em fevereiro deste ano. [...]

Sétima fase da 'Operação Mute' é deflagrada no Conjunto Penal de Juazeiro

O Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), em parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (Seap) e a Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), participou da 7ª fase da 'Operação Mute', deflagrada no Conjunto Penal de Juazeiro durante os dias 19 e 20 de março. As buscas alcançaram toda o estabelecimento prisional, com a revista dos 1.158 custodiados. Foram apreendidos no interior das celas, sete celulares, 10 carregadores, oito fones, oito cabos USBs, um chip, 14 gramas substância análoga a maconha, 70 gramas substância análoga a cocaína.[...]

A operação contou com a atuação de mais de 40 policiais, incluindo equipes dos Grupos de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco) e de Atuação Especial de Execução Penal (Gaep) do MPBA, da Coordenação de Monitoramento e Avaliação do Sistema Prisional (CMASP), que integra o Grupo de Segurança Institucional (GSI) da Seap, e do policiamento penal ordinário, sob a coordenação da Superintendência de Gestão Prisional (SGP), por meio da Diretoria de Segurança Prisional (DSP).



O objetivo das revistas foi impedir a permanência de materiais ilícitos e eletrônicos na unidade, eliminando qualquer possibilidade de comunicação e articulação dos internos com criminosos do lado de fora. A retirada desses itens também visa garantir a ordem e disciplina no sistema prisional, buscando enfraquecer a atuação de organizações criminosas e, conseqüentemente, os índices de violência no Estado da Bahia. As ações em Juazeiro também contou com o apoio da Polícia Militar, por meio da 74ª CIPM/Juazeiro, da CIPE Caatinga e do Comando do Policiamento da Região Norte. A responsabilidade pela entrada de materiais ilícitos no Conjunto Penal segue sob investigação da Seap. [...]

Reunião de Conselho formado por procuradores e promotores de Justiça debate sistema prisional e as facções criminosas na Bahia



A primeira reunião de 2025 do Conselho dos Procuradores e Promotores de Justiça com atuação na área Criminal (Concrim), que ocorreu na manhã desta segunda-feira, dia 24, discutiu o sistema prisional e as facções criminosas na Bahia. O encontro foi aberto pelo procurador-geral de Justiça Pedro Maia e contou com a presença do secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia (Seap), José Carlos Souto Filho. “Espaços como esse servem para fortalecer a unidade do Ministério Público, respeitando a independência funcional de cada promotor de Justiça. Aqui são produzidos enunciados e encaminhamentos institucionais em relação às matérias da área criminal, além de ações práticas que levam a resultados expressivos no enfrentamento à criminalidade organizada dentro e fora do sistema prisional”, destacou o chefe do MP baiano, Pedro Maia.

A primeira reunião de 2025 do Concrim foi aberta com a palestra ‘O sistema prisional e as facções criminosas’, ministrado pelo promotor de Justiça Edmundo Reis, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Execução Penal (Gaep), e mediado pelos promotores de Justiça Hugo Casciano, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública (Ceosp); e Luiz Ferreira Neto, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco). Edmundo Reis falou sobre o surgimento das facções criminosas no sistema prisional do país na década de 70 e os principais desafios para o enfrentamento à criminalidade dentro e fora dos presídios.[...]

Na ocasião também foi encaminhado para aprovação o enunciado – “A alegação de falsas memórias em depoimentos testemunhais relativos a crimes violentos requer demonstração específica das inconsistências e contextualização no conjunto probatório, não sendo admissível sua invocação genérica para desqualificar a prova testemunhal”. O enunciado foi apresentado pela promotora de Justiça Mirella Brito, coordenadora do Núcleo do Júri do MPBA (NUJ). [...]

CNMP reúne membros do Ministério Público para traçar estratégia nacional de atuação do controle externo da atividade policial

Encontro propicia troca de experiências, compartilhamento de desafios e busca por soluções na temática do controle externo da atividade policial



Começou na quinta-feira, 27 de março, e prossegue na manhã da sexta, dia 28, o fórum "Estratégia Nacional de Atuação do Controle Externo da Atividade Policial". O evento, que ocorre na sede do Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília, é uma iniciativa da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) do CNMP, em parceria com o Grupo Nacional do Controle Externo da Atividade Policial (GNCEAP), vinculado ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministério.

O encontro reúne membros de 24 unidades do Ministério Público brasileiro e tem o objetivo de promover o estreitamento das relações na temática do controle externo da atividade policial, por meio da troca de experiências, do compartilhamento de desafios e da busca por soluções.

Ao fim do evento, será elaborada a Estratégia Nacional de Atuação de Controle Externo da Atividade Policial. O documento terá por base os eixos temáticos “guarda municipal” e “inquéritos policiais represados”, escolhidos por votação entre os participantes.

Durante a abertura, o presidente da CSP, Jaime de Cassio Miranda, destacou que o evento é “pontapé inicial para o fortalecimento da atuação do Ministério Público brasileiro no controle externo da atividade policial”. Além disso, o conselheiro disse que a edição de 19 de março do programa Segurança Pública em Foco, que teve mais de três mil visualizações no YouTube, tratou sobre a questão das guardas municipais. [...]

Policial penal alvo da segunda fase da 'Operação Falta Grave' é afastado pela Justiça a pedido do MPBA

Segundo investigações, Francisco Carlos da Cunha cobrava taxas a detentos da Casa do Albergado para viabilizar pernoite fora da unidade



O agente penal Francisco Carlos da Cunha foi alvo na manhã da segunda-feira, dia 31/03, da segunda fase da 'Operação Falta Grave', que cumpriu mandado de busca e apreensão em seu endereço residencial, em Salvador. O agente foi denunciado pelo Ministério Público da Bahia, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco), por crimes de corrupção passiva e associação criminosa ao operar esquema de cobrança de propina dentro da Casa do Albergado e Egresso (CAE) na capital. A pedido do MPBA, a 1ª Vara Criminal Especializada da Comarca de Salvador recebeu a denúncia e determinou, no dia 27, o afastamento do agente da função pública.



A operação conjunta realizada pelo MPBA, por meio do Gaeco e do Grupo de Atuação Especial de Execução Penal (Gaep), de forma integrada com a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (Seap) e com o apoio da Polícia Militar, por meio do Batalhão de Policiamento de Prevenção a Furtos e Roubos de Veículos (BPFRV) tem como objetivo coletar provas que possam subsidiar a identificação de outros integrantes da associação criminosa, seu modus operandi e a prática de outros crimes.

Esquema = Segundo as investigações do Gaeco, com informações fornecidas pelo serviço de inteligência da Seap, o policial penal recebia vantagens que variavam entre R\$ 20 e R\$ 70 o dia, podendo aumentar em caso de fins de semana, feriados ou dias seguidos. Foi apurado que os servidores burlavam os registros de presença dos internos, por meio de assinaturas retroativas dos detentos no livro de presenças em relação ao período em que, na verdade, eles estavam fora da unidade. [...]

Reunião entre MPBA e chefes dos órgãos de segurança pública alinha ações integradas para 2025



Uma reunião realizada nesta terça-feira, dia 8, na sede administrativa do Ministério Público da Bahia, em Salvador, marcou um passo importante no fortalecimento do alinhamento e no planejamento conjunto de ações integradas na área da segurança pública para o ano de 2025. Conduzida pelo procurador-geral de Justiça Pedro Maia, essa foi a primeira reunião interinstitucional do MPBA com a nova cúpula das forças de segurança do estado.

Estiveram presentes o secretário de Segurança Pública Marcelo Werner e dos novos comandantes da Polícia Militar, coronel Antônio Carlos Silva Magalhães; do Corpo de Bombeiros, coronel Aloísio Fernandes Mascarenhas; do novo delegado-geral da Polícia Civil, André Augusto Viana, e do novo diretor-geral do DPT, o perito criminal Osvaldo Silva.



Em sua fala de abertura, o chefe do MPBA destacou a importância do momento como expressão do amadurecimento e da ampliação da atuação coordenada e republicana entre as instituições públicas responsáveis pela segurança na Bahia. Ressaltou, em especial, o valor das ações conjuntas no enfrentamento à criminalidade e na construção de uma cultura de paz. “Temos avançado de forma gradual e consistente na articulação entre as instituições. Agora, vivemos uma oportunidade singular de fortalecer ainda mais essa integração, com diálogo franco, cooperação mútua e atuação estratégica. O objetivo comum é claro: promover uma segurança pública mais eficiente, com foco na redução real e sustentada dos índices de criminalidade em nosso estado”, afirmou.

O secretário Marcelo Werner também destacou o fortalecimento da articulação interinstitucional com o Ministério Público como eixo estratégico no enfrentamento ao crime organizado. “Nos últimos dois anos fortalecemos esta parceria e agora, com os novos chefes das Forças Policiais e de Bombeiros, seguiremos atuando com integração e inteligência contra aqueles grupos que tentam violentar as nossas comunidades”, enfatizou.

MPBA debaterá segurança pública com a população de Alagoinhas

O Ministério Público do Estado da Bahia debaterá o cenário de segurança pública do município de Alagoinhas e a importância da criação do Conselho Comunitário de Segurança Pública local com líderes comunitários, representantes de associações e entidades sem fins lucrativos, e cidadãos em geral na próxima terça-feira, dia 15. A reunião aberta ao público acontecerá, às 17h, no auditório da Associação Comercial e Industrial de Alagoinhas (Acia).

O encontro, promovido pelo MP por meio Promotoria de Justiça de Alagoinhas, conta com o apoio dos órgãos de segurança pública e de associações comerciais da cidade, que não conta com Conselho Comunitário de Segurança Pública (Conseg). O órgão, explica a promotora de Justiça Samara Valença de Oliveira, é relevante para o atendimento das demandas sociais e fortalecimento da atuação popular nas decisões locais quanto a segurança e ordem pública.

Durante a reunião, também serão apresentadas experiências de sucesso de outros municípios que já têm Consegs funcionando, o que demonstra como a parceria entre comunidade e poder público pode gerar resultados positivos.

Dados mostram importância do debate

Segundo os números registrados pela Polícia Civil de Alagoinhas, em 2024, houve quase 10 mil ocorrências somente na 1ª Delegacia Territorial da cidade. Casos de furto chegaram a 1.459, roubos a 440 e foram registrados 1.672 casos de estelionato. A Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam) atendeu 1.313 ocorrências.

Em 2025, até o dia 4 de abril, já foram registrados 2.539 atendimentos na 1ª Delegacia Territorial. O número de furtos registrados é de 381. Foram registrados ainda 89 roubos e 461 estelionatos. A Deam contabilizou 283 ocorrências.

*com supervisão de Maiama Cardoso MTb/BA - 2335

MPBA discute ações de segurança pública com nova cúpula da Polícia Civil



O Ministério Público do Estado da Bahia, por meio do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), promoveu na última quinta-feira (10) uma reunião de alinhamento e planejamento sobre ações integradas na área da segurança pública com a nova cúpula de gestão da Polícia Civil da Bahia. A reunião contou com a presença do novo delegado-geral André Viana e a nova delegada-geral Adjunta Márcia Pereira. Na ocasião, o coordenador do Ceosp, promotor de Juitça Hugo Casciano de Sant'Anna destacou que a nova cúpula da Polícia Civil conta com a confiança do Ministério Público da Bahia e deseja contribuir para o contínuo aperfeiçoamento da atuação da Polícia Judiciária baiana.

Participaram também os promotores de Justiça Adalto Araújo, coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal (Caocrim); Ernesto Cabral de Medeiros, coordenador do Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (Geosp); e Carolina Cunha da Hora da Promotoria de Controle Externo da Atividade Policial de Salvador; além do coordenador da Coordenação de Operações de Polícia Judiciária (COPJ) Arthur Fernando Guimarães de Jesus Costa; o diretor do Departamento de Gestão Tecnológica, Telecomunicações e Inovação (DGTI) Valter Souza Barbosa; e o chefe de gabinete da Polícia Civil Ivo Tourinho.



MPBA realiza reunião pública para criação do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Alagoinhas



O Ministério Público do Estado da Bahia realizou no último dia 15, terça-feira, uma reunião pública para criação do Conselho Comunitário de Segurança Pública (Conseg) no município de Alagoinhas com objetivo de fortalecer a participação popular nas ações de segurança pública. O evento ocorreu na sede da Associação Comercial e Industrial de Alagoinhas (Acia), reunindo representantes institucionais, lideranças comunitárias e diversos cidadãos.

A reunião foi conduzida pela promotora de Justiça Samara Moura Valença de Oliveira, que agradeceu à Acia pela cessão do espaço, parabenizou os cidadãos presentes pela participação e

destacou a importância da reunião para discutir a segurança pública no município, com base em dados fornecidos pela Delegacia Territorial e pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.

A mesa de abertura contou com a presença dos promotores de Justiça Rafael de Castro Matias e Áviner Rocha Santos, dos servidores do Ministério Público da Bahia Bonnie Torres Almeida e Gilnei Machado Oliveira, além da Major da Polícia Militar da Bahia, Alcilene Coutinho Ramos Assunção. O evento também contou com a participação do presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Araçás, Vanderson Schramm.

Durante a reunião, foram apresentadas ações já em andamento na comarca, como o Comitê Interinstitucional de Segurança Pública (Cisp) e o Projeto Município Seguro.

Ao final do encontro, foi formada a Comissão Eleitoral responsável por organizar o processo de eleição da primeira diretoria do Conseg Alagoinhas que contou com a inscrição de dos cidadãos Josenildo Andrade dos Santos, Valdyr Gonçalves, Benedito Vieira Santos e Ana Lopes. A comissão atuará na elaboração do edital, definição de prazos, organização do processo eleitoral e poderá buscar apoio institucional junto a órgãos públicos e privados.

Notas Técnicas - MP

UESP/CEOSP



CONSULTA JURÍDICA Nº 01/2025 - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP.

Trata-se de consulta jurídica realizada pelo Exmo. Promotor de Justiça José Reis Neto referente a encaminhamentos a serem dados relativamente à execução de medidas de segurança na comarca de Cruz das Almas/BA.

Em suma, foram apresentados os seguintes questionamentos:

- I) Existe hoje, no Estado da Bahia, alguma unidade especializada para cumprimento da medida de segurança em regime de internação?
- II) Caso não haja unidade especializada, todas as internações devem ser realizadas por meio da rede regular de atenção à saúde?
- III) Positiva a resposta ao segundo quesito, há alguma especificidade ou cuidado adicional em razão da aplicação de medida de segurança, ou o tratamento ofertado é exatamente o mesmo aplicado aos demais pacientes (que não foram submetidos a medida de segurança)?
- IV) Caso o tratamento ofertado aos pacientes com e sem medida de segurança seja exatamente o mesmo, há utilidade prática da aplicação de medida de segurança? Qual?
- V) Pode o MM. Juízo da condenação ou de execuções determinar tempo de internação, seja mínimo ou máximo, ou tal providência compete exclusivamente à equipe de atenção em saúde da unidade de internação?
- VI) A determinação da desinternação exige decisão judicial ou deve ser feita exclusivamente pela equipe médica?

INTRODUÇÃO

O questionamento apresentado tem como plano de fundo as questões relacionadas à implementação da Política Antimanicomial no estado da Bahia. A Política Antimanicomial foi instituída, no âmbito do Poder Judiciário, através da Resolução do CNJ nº 487, de 15 de fevereiro de 2023. O referido documento, que teve sua vigência iniciada em maio de 2023, estabelece os procedimentos e diretrizes para implementação da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6949/09, e que foi ratificada e promulgada no Brasil na forma do art.5º, § 3º, da Constituição Federal, o que implica status de equivalente a emenda constitucional, bem como da Reforma Psiquiátrica, apoiada pela Lei nº 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança (...).

CONSULTA JURÍDICA Nº 02/2025 - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA - SOCIAL - CEOSP

Trata-se de consulta jurídica realizada pelo Exma. Promotora de Justiça Ana Patrícia Vieira Chaves Melo referente a necessidade de aquisição de nova viatura para Delegacia de Polícia do município de Conde. A Exma. Promotora de Justiça apresentou os seguintes questionamentos:

Excelentíssimo Promotor,
Cumprimentando-a cordialmente, sirvo-me do presente para solicitar peça de Ação Civil Pública visando aquisição de nova viatura para Delegacia de Polícia, haja vista a Delegacia de Polícia do Município de Conde se encontrar sem viatura policial há mais de seis meses e considerando que já houve pedido liminar incidental em Ação Civil Pública que visa reestruturar a Delegacia de Polícia de Conde, tombada sob nº 8000266-68.2019.8.05.0065, o qual foi deferido, porém revertido em sede de Agravo de Instrumento em razão de apelação do Estado da Bahia

1. INTRODUÇÃO

O questionamento apresentado tem como plano de fundo a situação de precariedade da Delegacia de Polícia de Conde, o que, inclusive, já é objeto da Ação Civil Pública nº 8000266-68.2019.8.05.0065.

Dessa forma, considerando a necessidade de adoção de providências em relação ao cenário estabelecido, passamos a sugerir o seguinte.

(...)

INFORMAÇÃO TÉCNICO - JURÍDICA Nº 01/2025 - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CEOSP

Objeto: Informação quanto à atuação das guardas municipais a partir da análise da interpretação constitucional dada pelo STF na ADPF 995/DF. (Atualização da Informação Técnico- Jurídica 01/2021).

O CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – CEOSP do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, por intermédio do seu Coordenador, com fundamento nos arts. 33, inciso II, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), bem como nos termos do art. 46, incisos I, II e V da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado da Bahia, e

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, §8º, permite que os Municípios constituam guardas municipais destinadas à proteção de bens, serviços e instalações municipais;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público o exercício do controle externo da atividade policial, o que compreende os organismos policiais relacionados no artigo 144 da Constituição Federal, bem como as polícias legislativas ou qualquer outro órgão ou instituição, civil ou militar, com atribuição de parcela de poder de polícia, relacionada com a segurança pública e a persecução criminal, o que inclui a guarda municipal, conforme artigo 9º, da LC 75/93, artigo 80 da Lei 8.625/93 e artigo 2º da Resolução nº 279/2023, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal (STF), por meio do julgamento da ADPF 995/DF, reconheceu as Guardas Municipais como integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), conferindo-lhes uma posição institucional que lhes permite exercer funções de policiamento preventivo (...);

ORIENTAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA CONJUNTA Nº 01/2025 - CONJUNTA

EMENTA: Orienta sobre a destinação de armas de fogo apreendidas atualmente depositadas em unidades policiais.

O CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (CEOSP) e o CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL (CAOCRIM) do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com fundamento no art. 33, inciso II, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), bem como nos termos do art. 46, incisos I, II e V da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado da Bahia, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, à luz do art.

127 c/c art. 129, III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público o exercício do controle externo da atividade policial, o que compreende os organismos policiais relacionados no artigo 144 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o Estatuto do Desarmamento regulamenta a destruição ou doação aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas;

RESOLVEM expedir a presente ORIENTAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA, DE CARÁTER NÃO VINCULANTE, aos órgãos de execução do Ministério Público do Estado da Bahia com atribuição criminal e na tutela difusa da segurança pública, a fim de ORIENTAR a atuação dos membros do Ministério Público na fiscalização e acompanhamento da destruição de armas de fogo depositadas em unidades policiais no estado da Bahia;

ORIENTAÇÃO TÉCNICO–JURÍDICA Nº 01/2025

EMENTA: Orientação quanto ao procedimento a ser adotado pelos membros do Ministério Público da Bahia para fiscalização quanto à existência e funcionamento das Defesas Cíveis Municipais, em conformidade com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), com a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) e com a legislação de Segurança Contra Incêndio e Pânico visando ao aprimoramento da gestão de riscos e desastres no Estado da Bahia.

O CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (CEOSP) do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com fundamento no art. 33, inciso II, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), bem como nos termos do art. 46, incisos I, II e V da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado da Bahia, e

CONSIDERANDO que a atuação ministerial na fiscalização das políticas públicas municipais deve assegurar a efetiva implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, conforme determinações das Leis Federais nº 12.340/10 e 12.608/12;

CONSIDERANDO que a atuação ministerial na fiscalização das políticas públicas municipais deve assegurar a efetiva implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), conforme determinações da Lei Federal nº 12.334/2010, alterada pela Lei Federal nº 14.066/2020;

CONSIDERANDO que a atuação ministerial na fiscalização das políticas públicas municipais deve assegurar a efetiva implementação da Lei Federal nº 13.425/2017, que estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público;

CONSIDERANDO que o Brasil é signatário do Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015-2030, que estabelece diretrizes globais para a redução do risco de desastres, com quatro prioridades de ação: (1) Compreender o risco de desastres; (2) Fortalecer a governança do risco de desastres; (3) Investir na redução do risco de desastres para a resiliência; e (4) Reforçar a preparação para desastres, visando uma recuperação eficaz (...);

Expediente

Procurador-Geral de Justiça

Pedro Maia Souza Marques

CEOSP Coordenador – Promotor de Justiça

Hugo Casciano de Sant`Anna

Equipe

Alessjose Santos Berto – Analista Técnica – Serviço Social

André Meireles Costa – Assistente Técnico Administrativo

Chaiane Santos Oliveira – Estagiária de Direito

Henilda Amaral de Melo – Oficial Administrativo

Janaína Alvarez de Araújo – Analista Técnica – Psicologia

João Carlos Passos De Macedo – Estagiário de Administração

Kadija Teles Borges – Estagiária de Administração

Lucca Nascimento e Nascimento – Assessor Técnico – Jurídico

Roberto Catai Ferreira Junior – Assistente Técnico Administrativo

Sandra Andrade Santos – Assistente Técnico Administrativo

Suziane Souza do Nascimento – Analista Técnica – Pedagogia



ceosp@mpba.mp.br

71 3103-0381

71 3103-0382

71 3103-0383



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – MPBA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA
SOCIAL - CEOSP

5ª Avenida, nº 750, sala 129, CAB – Salvador, BA – Brasil – CEP 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui